

## Professores/as avaliam em assembleia reajuste Unimed e fim do PEA



Diretoria da Adufes em negociação com representantes da Unimed no final do mês de maio, discute proposta de reajuste e retorno do PEA.

**Na plenária serão apresentadas alternativas ao Plano de Extensão Assistencial da Unimed (PEA), benefício que foi extinto na gestão anterior da Adufes**

No próximo dia 07/06, às 10 horas, a Adufes realiza Assembleia Geral para discutir reajuste no valor da mensalidade da Unimed. Os professores vão avaliar ainda a contratação de um novo serviço com a perda do PEA, que assegurava aos dependentes assistência médica por

5 anos, sem o pagamento das mensalidades, no caso de morte do titular do plano.

A exclusão do item PEA do contrato ocorreu em junho do ano passado e sem o aval dos associados. Na época, a operadora reivindicava 37,25% de aumento nas mensalidades. Em assembleia, a categoria autorizou o sindicato a negociar percentual inferior, que ficou em 30% nos contratos Vitoriamed e Uniplan.

“O reajuste acordado ficou próximo ao reivindicado pela operadora e, para agravar ainda mais a situação, foi retirado o

PEA do contrato”, esclarece o atual presidente do sindicato José Antônio da Rocha Pinto. Desde então, em caso do falecimento do titular, os dependentes não são mais assistidos.

Diante de inúmeras reclamações da categoria, a atual diretoria da Adufes tentou recuperar o PEA, mas a Unimed se mostrou irredutível. Como alternativa, o sindicato tem buscado no mercado um serviço com as mesmas condições de cobertura assistencial. A Assembleia Geral será na sede do sindicato, em Vitória.

## Assembleia elege delegados para o 61º Conad

O 61º Conselho Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, evento anual que reúne delegados de todas as seções sindicais, vai atualizar o Plano de Lutas do sindicato nacional (ANDES-SN). Por isso, na Assembleia Geral desta terça-feira, 07/06, um dos pontos de pauta será a escolha de delegado e observadores para o evento.

O Conad será realizado de 30 de junho a 3 de julho, em Boa Vista, Roraima. O tema central é *Defesa dos direitos sociais, da educação e serviços públicos*.

**Conselho Fiscal.** Outro ponto de discussão será a escolha do Conselho Fiscal da Adufes. Os Conselheiros são responsáveis pela análise dos balancetes financeiros anuais da entidade. Composto por três

docentes titulares e três suplentes, o Conselho Fiscal possui mandato de um ano.

**Previsão Orçamentária.** Reafirmando o compromisso com a transparência administrativa, a assembleia abrirá espaço para os professores discutirem e deliberarem acerca da proposta de Previsão Orçamentária para o ano de 2016.

Participe!

# Adufes sedia mais uma etapa preparatória do ENE capixaba



Presidente da Adufes deu boas-vindas aos participantes da primeira fase do ENE capixaba na Ufes.

**A 2ª fase ocorrerá no dia 08/06, na sede da Adufes. Os grupos mistos debaterão os eixos nas salas 103, 207 e 307 – no prédio da Pós-graduação do CCHN**

A atividade está sendo organizada pela Adufes, Sintufes, CSP Conlutas, Sinasefe, Movimento Rua, UJC, integrantes das chapas Voz Ativa DCE e Reviravolta DCE. A plenária de abertura ocorrerá às 14 horas. Os grupos de trabalho irão debater das 16 às 18 horas e mais tarde, após o intervalo, às 18h30, serão

apresentados os principais apontamentos de cada eixo.

O documento sistematizado das duas etapas estaduais será encaminhado ao II Encontro Nacional de Educação, que será realizado em Brasília, entre 16 a 18 de junho.

**Novos eixos.** O debate sobre Financiamento irá discutir os 10% do PIB para a Educação Pública Já, negado pelo governo federal. O percentual é uma demanda antiga para a universalização da educação pública, de qualidade e popular.

Outro eixo a ser tratado é Gestão, que

vai destacar o controle feito por meio de diversos instrumentos como avaliações externas e até mesmo aulas e provas padronizadas utilizadas pelas secretarias estaduais e municipais e pelo MEC.

O debate também discutirá a Avaliação Educacional. O atual modelo é punitivo e meritocrático, o que contribuiu para a precarização da educação pública. Neste grupo será destacado a necessidade de estabelecer a garantia da autonomia das instituições de ensino para avaliar o trabalho de forma democrática a partir dos projetos pedagógicos, sem vincular desempenho a financiamento.

“Os objetivos das etapas preparatórias são construir propostas que façam o contraponto ao projeto de mercantilização do ensino público”, diz o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto. Ele completa: “é importante unificar as lutas em defesa da educação pública e apontar outra perspectiva de educação – que seja pública, gratuita, laica e de qualidade”.

**I Fase do Encontro Preparatório.** A primeira fase do ENE capixaba discutiu os seguintes eixos: Trabalho e formação dos trabalhadores em educação; Acesso e permanência; Gênero, orientação sexual e questões étnico-raciais. A atividade foi realizada nos dias 17 e 18/05, também na Ufes. Na ocasião, cerca de 100 pessoas participaram do evento.

## Eleita chapa “Unidade na Luta” com 90,66% dos votos

A chapa “Unidade Na Luta” foi eleita para estar à frente da diretoria do Andes-SN (biênio 2016-2018). Do total de 9807 de votantes, 8891 votaram na chapa; 623, em branco (6,35%); e 293, nulos (2,99%). A nova diretoria tomará posse no 61º Conad.

A presidente eleita, Eblin Joseph Farage, da Universidade Federal Fluminense (UFF), que já foi presidente da ADUFF, assume o cargo nacional pela primeira vez. Para secretário-geral, foi eleito Alexandre Galvão Carvalho, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), que atualmente ocupa o cargo de 3º Secretário do Sindicato Nacional.



Professor Josemar de Oliveira durante votação.

Amauri Frago de Medeiros da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi reeleito 1º tesoureiro do Sindicato Nacional. Assumirá o cargo de primeiro tesoureiro da Regional Leste do Andes-SN (ES e MG), o professor da Ufes Francisco Mauri de Carvalho Freitas.

**Diretoria completa.** A nova gestão possui 83 diretores que comporão as 12 Regionais do Sindicato Nacional: Leste, Nordeste I, Nordeste II, Nordeste III, Norte I, Norte II, Pantanal, Planalto, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sul. As eleições ocorreram nos dias 10 e 11 de maio em cerca de 120 seções sindicais.

# Adufes reivindica vacinação contra H1N1 para os docentes

**A comunidade acadêmica vem pressionando a administração central para aquisição de novos lotes de vacina contra a influenza H1N1**

Preocupada com o número crescente de suspeita da gripe H1N1 no estado, a diretoria da Adufes solicitou, no mês de abril, à administração central da universidade vacinas para os/as professores/as. “Docentes de diversos Centros estão temerosos. Queremos que o Ministério da Saúde (MS) estenda a vacinação contra a gripe para toda categoria”, destacou o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto.

Rocha esteve com o reitor para tratar desse assunto, mas Reinaldo Centoducatte alegou não ter condições de intervir na aquisição da vacina junto ao MS, uma vez que docentes não fazem parte do grupo de risco. José Antônio procurou inclusive a Unimed via convênio,

mas a operadora também alegou não ter vacinas.

“Vamos continuar pressionando, até porque é uma categoria que convive em espaços frequentados por muitas pessoas, viaja muito e está sob risco de contrair a doença”, disse Rocha.

**Morte de servidor.** Em 19/05, o técnico-administrativo Wallace Corradi Vianna, 51 anos, faleceu com suspeita de H1N1. “Uma grande perda. Estamos muito tristes”, disse Josemar Machado de Oliveira, professor do Departamento de História. Josemar conviveu com Wallace Corradi no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), onde o técnico era secretário.

“Estamos sempre em contato com um pessoas que já podem estar infectadas e ainda não apresentaram os sintomas. Além de expor nossas vidas, podemos ser um meio de transmissão do vírus”, disse um professor que pediu para não ser identificado. Ele afirmou que quatro colegas



do campus de Goiabeiras, em Vitória, foram afastados com suspeita da gripe. No entanto, esses casos não foram computados oficialmente.

**Dados oficiais.** A Sesa informou que recebeu este ano (até 16/05) 453 notificações da gripe H1N1, sendo que 79 casos foram confirmados. Outras 40 mortes estão sob investigação. A vacina anti-Influenza previne o desenvolvimento de formas graves da doença.

## Sem vacina, estudantes ameaçam novas paralisações



Estudantes do Centro de Ciências da Saúde, em Maruípe, realizaram protesto no prédio da reitoria.

Em maio, os discentes de cursos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) fizeram manifestações no prédio da reitoria e na Avenida Fernando Ferrari, em Vitória. Eles pediram à administração cen-

tral da universidade nova etapa de vacinação contra a influenza H1N1.

Após 20 dias de paralisação, a reitoria sinalizou com a possibilidade de adquirir novas vacinas contra a gripe A (H1N1). No

entanto, os estudantes não descartam novas interrupções nos atendimentos, caso a universidade não demonstre empenho para solucionar o impasse.

**Grupo de risco.** Os acadêmicos de Enfermagem, Odontologia e Fonoaudiologia, que atendem em clínicas e no hospital-escola (Hucam), localizado em Maruípe, em Vitória, alegam que fazem parte do grupo de risco, pois atendem à população. Durante as aulas e estágio, eles têm contato direto com pacientes, inclusive daqueles com suspeita de H1N1. No entanto, como não são considerados trabalhadores da saúde, não entraram no grupo prioritário de vacinação do Ministério da Saúde (MS), exceto os alunos do curso de Medicina.

A aluna de Enfermagem e integrante do Centro Acadêmico, Cibele Albani, disse que eles exigiram resposta do reitor. “A administração central da Ufes disse que irá entrar em contato com o MS para solicitar novas vacinas”, frisou. Após a resposta, os estudantes voltaram a atender à população.

# Entidades reagem à proposta de ‘amordaçar’ escola



Seminário reuniu especialistas que debateram “Escola sem partido” e a agressão aos princípios da educação brasileira.

**O projeto de lei 121/2016 - “Escola Livre” está na ALES e quer docentes “neutros” em assuntos sobre política, religião e orientação sexual, sob pena até de demissão**

Para barrar a onda conservadora em projetos assim é que foi criado no Espírito Santo, no mês passado, o “Movimento Escola Democrática”, que reúne movimentos e entidades da Educação, como a Adufes. Em nota de repúdio ao Projeto de Lei 121/2016, a Frente afirma que o PL quer transformar os professores em meros instrutores.

“A proposta busca cercear o papel do/a professor/a e retirar-lhe sua autonomia como sujeito histórico, como agente de promoção da reflexão crítica e formação da cidadania expressa no pluralismo político, na defesa do estado laico e da diversidade etnicorracial, de gênero, de identidade e de orientação sexual”, destaca a nota.

O texto do Movimento Escola Democrática lembra que o projeto “Escola livre” é alheio à agenda dos direitos humanos e aos movimentos sociais. “Atribui-se, com veemência, ao/a professor/a o papel de doutrinador/a – o que é bem diferente de assumir uma posição política progressista e de esquerda, que defende as bandeiras das minorias nesse país, e de pontuar que as perspectivas hegemônicas em geral são

as daqueles que têm os maiores privilégios.”

**Seminário no Centro de Educação.** O polêmico PL foi tema do painel “Escola sem partido” (Escola livre) e a agressão aos princípios da educação brasileira, no Centro de Educação, em Vitória. O debate contou com a participação dos docentes da Ufes, Marcelo Lima, Alexandre Rodrigues, Jean Carlos Alves, além de Júlio Cesar Alves, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, da Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Maria Cristina Pimentel e da deputada estadual Luzia Toledo.

Manifestando-se contra a proposta, todos defenderam que é impossível – e inconstitucional – querer proibir o debate nas escolas, seja ele qual for. Um dos coordenadores do painel, o professor Eduardo Moscon, representante regional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) comparou o PL a um tribunal de inquisição. “É um projeto que desqualifica o professor, que destrói a educação crítica dos jovens”, destacou.

Já Alexandre Rodrigues, do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade da Ufes, lembrou que a iniciativa reforça a homofobia nas escolas. “Precisamos discutir as políticas de relação de gênero desde o ensino infantil até a universidade”, disse, lembrando que o PL incitará o ódio, a violência, a homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar.

## Governo Temer mira Previdência Social em projeto da LDO

O governo federal enviou ao Congresso Nacional, em abril, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2017. Em tempos de crise, a previsão é de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e meta de resultado primário (Orçamento e Seguridade Social) igual a zero.

Para 2018, a equipe econômica projeta superávit de 0,8% do PIB e, para 2019, de 1,4% do PIB. O déficit nas contas públicas em 2017 poderá chegar a R\$ 65 bilhões. “O projeto prevê mais cortes orçamentários na execução para o ano que vem”, critica o presidente da Adufes José Antônio da Rocha Pinto.

O governo apontou no PLDO um “rombo” para a Previdência Social de R\$ 167,62 bilhões em 2017 contra R\$ 85,8 bilhões em 2015. Os dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) mostram, no entanto, que não houve superávit.

O governo ainda anunciou medidas de congelamento do salário mínimo e restrições de concurso público (exceção dos editais publicados até 31/08/2016).

*\*com informações do Andes-SN*